

# Gêneros do Discurso Dissertativo Escolar

Rinaldo Guariglia<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Faculdades Integradas Fafibe – Bebedouro – SP  
prof.guariglia@ig.com.br

**Abstract.** *The scholar argumentative text presents, among others, two genres of discourse which are essential for the argumentative arrangement; a scene at which there is usually the predominance of one of them. i) The Consensual Genre: there is not opposition between data; the majority's voice prevails usually. The strategy consists in pre-legitimate a point of view by means of a consensual voice. ii) The Polemical Genre: There is the cited opposition; consists in an exercise between an argument in contrast with a counter-argument, in order to validate a thesis. The meaning effect of originality permeates both the genres: at the first event, the discourse arranges itself in order to become original a stereotype; at the other event, the words of other people, which confront themselves, cause the illusion of existence of a original datum.*

**Keywords.** *interdiscourse; argumentative text; polemics; consensus; discursive genre.*

**Resumo.** *O texto dissertativo escolar apresenta, entre outros, dois gêneros de discurso atuantes para a organização argumentativa; um cenário enunciativo em que há geralmente predominância de um em relação ao outro. i) Gênero Consensual: não há contraposição de idéias, prevalecendo geralmente a voz da maioria; um recurso que pré-legitima a tese a se defender. ii) Gênero Polêmico: há embate de vozes, em um exercício de argumento versus contra-argumento, a fim de se validar um ponto de vista; trata-se da oposição entre um dado, geralmente um senso comum, e seu avesso. O efeito de sentido de originalidade permeia ambos os gêneros: no primeiro caso, o discurso se organiza a fim de fazer original um estereótipo; no segundo caso, as palavras alheias que se confrontam procuram organizar a ilusão de um novo dado.*

**Palavras-chave.** *interdiscurso; dissertação; polêmica; consenso; gênero de discurso.*

## 1. Introdução

O texto dissertativo é tipologia usualmente privilegiada nas aulas de redação, com vistas a se trabalhar a organização de idéias, e, por meio disso, implementar-se um conceito a ser provado. É exercício argumentativo que visa à validação de um raciocínio, sob dois aspectos: o acatamento dele por parte do interlocutor como uma criação, ao menos, coerente; que, em alguns casos, atinge o objetivo completo: a adesão plena, a ponto de tornar-se um conceito verdadeiro também para o interlocutor. Acatar meramente o conceito não significa levar o interlocutor a tomá-lo como um dado novo, como se ele dissesse que aceita o ponto de vista contrário de seu interlocutor, mas mantém a sua posição.

Por outro lado, o ápice da persuasão ocorre no momento em que o interlocutor responde positivamente ao raciocínio – que, para este e nessa situação, é novo – a ponto de aceitá-lo – às vezes até vivenciá-lo, substituindo um saber anterior pelo novo; trata-se de adesão plena. Caso não haja o contraditório, ao menos, o novo conceito toma um lugar ainda vazio; o que é também mérito importante da argumentação. Daí, a importância do trabalho pedagógico a partir do texto opinativo, já que a inserção do aprendiz na sociedade como um participante crítico passa por reflexões como essa.

Há um *efeito de sentido do novo*: um recurso argumentativo articulado na relação dialógica, a fim de possibilitar o acatamento e/ou a adesão do interpretante; trata-se de uma ilusão, uma estratégia do discurso dissertativo, pois não se concebe que haja um dado puramente novo. Bakhtin (1985, p.385-6) explica o processo de interdiscursividade que fundamenta esta reflexão:

As influências extratextuais têm uma importância muito especial nas primeiras fases do desenvolvimento do homem. Estas influências estão revestidas de palavras (ou de outros signos) e estas palavras pertencem a outras pessoas: antes de mais nada, trata-se das palavras da mãe. Depois, estas “palavras alheias” se reelaboram dialogicamente em “palavras próprias alheias” com ajuda de outras “palavras alheias” (anteriormente ouvidas) e, em seguida, já em palavras próprias (com a perda das aspas, para falar metaforicamente) que já possuem um caráter criativo. (...) [Há] o processo de paulatino esquecimento dos autores portadores de palavras alheias. As palavras alheias se tornam anônimas, se apropriam (de forma reelaborada, é claro): a consciência se *monologiza*. Esquecem-se também as relações dialógicas iniciais com as palavras alheias: ocorre que são absorvidas pelas palavras alheias assimiladas (passando pela fase das palavras “próprias-alheias”). A consciência criativa, ao tornar-se monológica, se completa pelos anônimos. Este processo de monologização é muito importante. Depois a consciência monologizada como um todo único inicia um novo diálogo (agora com vozes externas novas).

Assim, este estudo investiga uma das mais importantes estratégias da argumentação: efeito de sentido de originalidade, que determina a aplicação de gêneros da tipologia argumentativa escolar, consensual e polêmico. A regência da prática dialética, tão cara à dissertação, revela as características desses gêneros.

## **2. Os gêneros argumentativos**

O arcabouço ideológico à disposição do produtor gera a interdiscursividade, sob os seguintes fatores:

- a) contato com sentidos ideológicos cujos textos são apreendidos pelo indispensável contato social: o meio familiar, a participação nos diversos grupos sociais, a apreensão de conceitos emitidos por colegas e professores etc.;
- b) contato com sentidos estimulados por técnicas direcionadas a alguma finalidade, como a aquisição de conhecimentos em cursos escolares, compreendendo as diversas áreas científicas.

Posicionar-se diante de um acontecimento de mundo significa fundamentalmente recortar dele um conceito, considerando o bojo de informações ideológicas e culturais adquiridos interdiscursivamente. Desta forma, o texto opinativo apresenta um ponto de vista, que na sua essência nunca é, portanto, original. Porém, não se pode desconsiderar a subjetividade única, que caracteriza cada indivíduo; o tempo e o espaço também únicos, que pontuam a enunciação. Assim, ao se afirmar que há produção de um dado novo, quer-se dizer que o sujeito da enunciação recorta um saber já intertextualizado e atribui a ele novas condições de produção. São efeitos de sentido criados pela subjetividade; a ilusão de que o dado é original.

A ideologia impele o produtor a um embate de vozes, que convergem entre si, mas também se contradizem. A construção do raciocínio opinativo não dispensa a contraposição de idéias, mesmo que isso não seja revelado explicitamente na materialidade do texto. Quer-se dizer que a gênese de um conceito é o contraditório, mesmo um sentido do senso comum passa pela dialética de seu avesso, a despeito do apagamento desse avesso durante o exercício da argumentação.

Assim, a tipologia dissertativa escolar apresenta, entre outros, dois gêneros ditados pela enunciação e imprescindíveis para a organização argumentativa. O **gênero consensual** caracteriza-se pela ausência de contraposição de idéias, prevalecendo geralmente a voz da maioria; um recurso que pré-legitima a tese a se defender; são as palavras alheias monologizadas, que podem ser reveladas explicitamente na materialidade lingüística do texto a critério das estratégias retóricas. Em outras palavras, são os argumentos construídos pelo produtor e sujeitos à refutação. O **gênero polêmico** caracteriza-se pelo rompimento com a voz consensual, seja também explicitamente ou não; há embate de vozes, em um exercício de argumento versus contra-argumento, a fim de se validar um ponto de vista; trata-se da oposição entre um dado, geralmente um senso comum, e seu avesso.

O efeito de sentido de originalidade permeia ambos os gêneros. O gênero consensual atua com a finalidade de fazer original um estereótipo; enquanto o gênero polêmico determina que as palavras alheias que se confrontam procurem organizar a ilusão de um novo dado.

A compreensão sobre a ação desses gêneros explica o dialogismo do discurso dissertativo. A análise da atuação desses gêneros tem de considerar as coerções que regem produtor e interpretante em uma determinada enunciação; quer-se dizer que um certo dado posto (ou inferido) como polêmico, por contrapor-se a outro dado então aceito como consensual, pode, em outra enunciação, ser aplicado como consensual em exercício com outro dado polêmico a ele.

### 3. Propriedades dos gêneros dissertativos

Não se tem o interesse de se instituir uma taxionomia cujos parâmetros de enquadramento nessa ou naquela ordem sejam quantitativos. Por exemplo, um grande número de ocorrências de operadores adversativos e/ou concessivos revelaria necessariamente a classificação para o gênero polêmico marcado. Em contraposição, a análise tem de considerar as intenções argumentativas que regem a organização do raciocínio opinativo, embora se entenda que as inserções de operadores sejam eventos importantes – mas não únicos – para se compreender a organização argumentativa do texto dissertativo. Portanto, em vez de classificarmos determinado texto como consensual ou polêmico, é mais próprio apontarmos que o texto mantém este ou aquele, ou este e aquele gênero argumentativo em seu discurso.

O gênero consensual, que é predominante entre as produções dissertativas escolares, pode parecer recurso inferior em detrimento dos gêneros polêmicos; porém, é muitas vezes privilegiado conscientemente como estratégia. Engrossar a voz dominante significa legitimar um ponto de vista, sem a necessidade de contraposições. Há de se considerar ainda que, em muitas ocorrências, esse gênero é aplicado inconscientemente, pois o produtor desconhece formas de polemizar o seu próprio discurso. Assim, estar consensual não significa necessariamente que determinado conceito seja *a priori* inválido, incorreto. A questão é como se dá a aceitação de determinada idéia consensual: meramente porque todos pensam de forma unívoca o conceito é verdadeiro; ou trata-se de um recurso argumentativo válido, consciente, fruto de reflexão. Essas considerações explicam a prevalência do gênero consensual entre as dissertações escolares.

O produtor está, em grande parte, preso a um determinado contexto sócio-histórico, que já o predispõe à formatação de discursos massificados, em boa parte devido às

interpretações preexistentes, conforme expõe Rancière (2004, p.3): “(...) não é a imagem que constitui o núcleo do poder midiático e de sua utilização pelos poderes. O núcleo da máquina de informação é, mais exatamente, a interpretação. Tem-se necessidade de acontecimentos, mesmo falsos, porque suas interpretações já estão aí, porque elas preexistem e chamam esses acontecimentos.”

Há de considerar também que há mecanismos próprios do gênero escolar que abrem caminho para o gênero consensual: mitos (da obrigatoriedade da terceira pessoa, por exemplo), a aplicação de propostas de redação muito específicas, e até a exigência de número limite de linhas. Os mecanismos de controle ditados por Foucault (1996, p. 9-26), ajudam-nos a entender o consenso: os discursos fundadores, os rituais da palavra e a *vontade de verdade*, que, por si sós, delimitam os discursos dentro de determinadas regras internas.

Não se pode esquecer que o produtor participa necessariamente de uma *mente coletiva* – termo utilizado por Freud (1969, p.96); a sociedade é a mente coletiva mais ampla, e por isso o produtor tem de convergir para ela; ou melhor, para a unicidade dela.

O conceito defendido pelo sujeito-produtor durante o exercício consciente da argumentação respeita variantes situacionais e interacionais. Em contextos nos quais a temática obedece a uma espécie de ordem social única, o gênero consensual aparece geralmente como recurso persuasivo fadado ao sucesso argumentativo. Utiliza-se, então, efeito de sentido caracterizado pela ilusão de que a voz do produtor corrobora a voz social; como se a opinião dispensasse qualquer embate, por meio de contra-argumento. Casos típicos ocorrem com a proposição de temas como “Democracia”, em que a sociedade entende, de forma geral, que ela deve ser estabelecida como o sistema político necessário.

O efeito de anulação do sujeito-produtor em discursos construídos sob a predominância da terceira pessoa é mais um recurso retórico pró-consenso, cuja atuação encontra-se na articulação retórica da subjetividade. Há mistura entre a voz do produtor e a voz social, como se fosse uma única.

Embora menos freqüente entre as produções dissertativas, o gênero polêmico normalmente apresenta-se em situações em que o posicionamento social é consideravelmente diversificado. Nestes casos, o produtor necessita apresentar o embate social, a fim de legitimar o ponto de vista. A implementação do horário de verão, por exemplo, gera debate, já que não há consenso sobre a eficácia veiculada pelo Estado.

O rompimento com a voz consensual normalmente demanda habilidades lingüísticas e não-lingüísticas imprescindíveis ao sucesso do gênero polêmico. Embora a aplicação de operadores argumentativos, por exemplo, seja importante para qualquer textualização, é inegável que o conhecimento sobre a utilização adequada deles nos gêneros polêmicos é potencialmente mais importante do que no gênero consensual. Afora a questão propriamente lingüística, pode-se destacar que a organização de idéias em meio polêmico exige mais: há de se argumentar e contra-argumentar em tal medida que não se desequilibre o exercício de defesa; por exemplo, para que não se acabe por validar o contra-argumento em detrimento do argumento.

As quatro categorias textuais (SIQUEIRA, 1986, p.102) explicam como se dá a organização da polêmica, que é faculdade de todo discurso dissertativo, mesmo o gênero consensual, em que ela é apagada. Inicialmente, há a apresentação de um *acordo* (argumento-pró) e de um *desacordo* (contra-argumento que surge para validar estrategicamente o argumento-pró). Após, atinge-se uma *reciprocidade*, que é o estágio em que acordo e desacordo se interpõem e se contrapõem, evidentemente sob a prevalência estratégica do acordo. Por fim, delibera-se uma *generalização*, que corresponde à validação do acordo e à conseqüente rejeição do desacordo.

A faculdade da instituição do efeito de sentido do novo concerne aos dois gêneros; até mesmo o gênero consensual é construído discursivamente para parecer original.

#### 4. Demonstração

A seguir, reproduziremos uma redação produzida para o processo seletivo da Fundação VUNESP, em 1992. O tema é “escolha”.

##### A QUESTÃO DA ESCOLHA E O POSICIONAMENTO POLÍTICO NO BRASIL

É comum relacionarmos escolha com identificação a um certo comportamento ou a um certo grupo. Hoje em dia, no processo de fragmentação que o homem vive, podemos perceber um novo tipo de escolha vigorando: a escolha individual, ou, a escolha sem vínculos.

Até pouco tempo, no Brasil, a juventude era considerada inerte politicamente, não tomava decisões. Nas recentes manifestações pelo "Impeachment", os jovens nas ruas causaram estranheza e até protestos pois não havia uma uniformidade no modo de se vestir, de falar, de votar e até contrastes nas opiniões. Muitas pessoas escreveram aos jornais dizendo que aquilo era uma brincadeira da juventude pois não tinha havido uma escolha pela luta política. Isto é, diferentemente dos anos 60 e 70, agora era comum o jovem sair da passeata e ir ao clube ou ao shopping e não à sede de algum partido político. No entanto, o "Impeachment" foi aprovado na Câmara dos Deputados e grande parte desse mérito cabe aos jovens que foram às ruas. Ficou uma pergunta no ar: que tipo de mentalidade é essa, que escolhe gritar "fora Collor" com tênis Reebok no pé?

A questão é que mesmo sem obedecer a regras de comportamento e expressão ditadas por partidos políticos e suas ideologias, a juventude se manifestou espontaneamente. Num mesmo espaço havia uns que paqueravam enquanto outros gritavam: "Brasil e Cuba, um só coração". Não houve lugar para patrulha ideológica. As escolhas individuais foram respeitadas embora houvesse um posicionamento comum, contra as ilegalidades do governo.

Com essa nova concepção de escolha, as atitudes políticas no Brasil ganharam um novo aliado: a democracia. Ou, como bem expressou Caetano Veloso: "Eu não espero pelo dia em que todos os homens concordem, apenas sei de diversas harmonias bonitas e possíveis sem juízo final".

Trata-se de um texto em que o produtor procura contrapor-se a um discurso conservador que critica a juventude cara-pintada atuante durante o processo de impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Melo. O efeito de sentido do novo se interpõe já no primeiro parágrafo, no qual o sujeito-produtor defende a existência de “um novo tipo de escolha vigorando”: a escolha individual em detrimento da escolha ditada por grupos. Assim, procura o autor romper com a voz social que não considerava o movimento estudantil como relevante ao processo, contrariamente ao que ocorreu durante o regime militar.

O produtor, um candidato à vaga na Universidade Estadual Paulista, dialogava com um texto que serviu de tema (“C”) de redação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), realizada no final do mês de novembro de 1992; portanto, anterior à produção da redação em análise. A tal proposta de redação da Unicamp estimula o candidato a dissertar a partir de um comentário feito por um leitor do jornal Folha de S. Paulo, de iniciais E.B.M. (carta publicada na seção "Painel do Leitor" em 01/09/92), a respeito do movimento estudantil durante o impedimento do ex-presidente Fernando Collor de Melo:

É irritante ler, nas últimas semanas, a cobertura das manifestações contra o poder central por parte da 'juventude'. Excluindo qualquer juízo de valor sobre o processo, o que se deve ter como verdade é que é extremamente fantasioso se admitir que a nossa juventude tenha toda essa capacidade de percepção. É notória a cretinice da juventude brasileira. O 'zeitgeist', o espírito da época, submerge a atual geração num mar de hedonismo e irresponsabilidade. É lindo fazer revolução com tênis Reebok e jeans Forum. O que eu gostaria de ver, mesmo, é como essa juventude vagabunda, indolente e indisciplinada como a brasileira se portaria diante de um grupo de choque, como nos confrontos que ocorrem em Seul.

Essa voz a contradizer corrobora a voz consensual da sociedade brasileira. Embora houvesse, evidentemente, segmentos da sociedade que viam fundamento nas manifestações estudantis pró-impedimento, é inegável que elas não tiveram a importância dos movimentos contra a ditadura militar, a partir de 1964. Um excerto no segundo parágrafo explicita – em nível da materialidade lingüística – o dado consensual a se contrapor:

Nas recentes manifestações pelo "Impeachment", os jovens nas ruas causaram estranheza e até protestos pois não havia uma uniformidade no modo de se vestir, de falar, de votar e até contrastes nas opiniões. Muitas pessoas escreveram aos jornais dizendo que aquilo era uma brincadeira da juventude pois não tinha havido uma escolha pela luta política. Isto é, diferentemente dos anos 60 e 70, agora era comum o jovem sair da passeata e ir ao clube ou ao shopping e não à sede de algum partido político. (...) Ficou uma pergunta no ar: que tipo de mentalidade é essa, que escolhe gritar "fora Collor" com tênis Reebok no pé?

Após essa referência explícita ao texto com o qual dialoga, o produtor insere dados que procuram a contra-argumentação (no terceiro parágrafo), que se baseou na defesa da "escolha individual ou sem vínculo", sugerindo que nos movimentos pós-64 haveria manipulação de idéias, já que as manifestações eram ditadas por grupos políticos. O último parágrafo traz outros dois dados argumentativos: a indicação da democracia, que serve de justificativa a essa nova ordem sugerida pela tese, e a citação de Caetano Veloso que defende a conciliação de idéias, sem recriminação.

O mérito do processo de impedimento do ex-presidente, por exemplo, não é questionado pelo produtor, tampouco pela voz com que dialoga; é uma convergência que representa um senso comum. Além dessa convergência e do intertexto mostrado no segundo parágrafo, o gênero dissertativo consensual é revelado em outros segmentos:

- "É comum relacionarmos escolha com identificação a um certo comportamento ou a um certo grupo";
- "Até pouco tempo, no Brasil, a juventude era considerada inerte politicamente, não tomava decisões";
- "A questão é que mesmo sem obedecer a regras de comportamento e expressão ditadas por partidos políticos e suas ideologias, a juventude se manifestou espontaneamente.";
- "Num mesmo espaço havia uns que paqueravam enquanto outros gritavam: 'Brasil e Cuba, um só coração'.";
- "As escolhas individuais foram respeitadas embora houvesse um posicionamento comum, contra as ilegalidades do governo."

Em todos esses trechos, o autor revela a voz consensual do outro-social e procura contrapô-la. O texto carece de argumentos mais sólidos para que seja aceita plenamente a

tese; além disso, há desequilíbrio entre argumentos (consensuais) e contra-argumentos (polêmicos), em benefício daqueles. Embora existam esses contrapontos argumentativos, ocorre o embate de vozes, que não são somente a de E.B.M. e a do produtor dessa redação; eles representam as palavras alheias monologizadas, às quais Bakhtin se refere, que passam a dialogarem-se nesse texto dissertativo.

A prevalência da terceira pessoa é recurso argumentativo que favorece o exercício de contraposição, pois determina um efeito de distanciamento estratégico entre o autor e os dados contrapostos. Na verdade, trata-se de um efeito de isenção, ou seja, as palavras falam por si sós, como se não houvesse o trabalho de organização da subjetividade para a determinação do conflito entre o dado argumento versus o dado contra-argumento (o avesso do argumento).

Em meio a essa subjetividade do rompimento para a aceitação de um dado novo, E.B.M. e o autor da redação estão inclusos em mentes coletivas opostas. Este é adolescente e defende seu grupo social, enquanto aquele se posiciona em um grupo mais conservador, notoriamente destoante do adolescente. Neste ponto, pode-se lembrar o conceito sociológico do conflito de gerações.

A análise da redação indica-nos a interposição dos gêneros consensual e polêmico em meio à articulação do discurso dissertativo escolar. O estudo desses gêneros é importante para se entender a organização retórica do discurso dissertativo.

#### **4. Considerações Finais**

A tipologia dissertativa, aplicada meio escolar como referência para a aprendizagem do exercício da argumentação, e muitas vezes, em contraposição às outras duas tipologias (narrativa e descritiva), é permeada por gêneros como o político, o social, o econômico, o escolar (pedagógico), o retórico; além dos gêneros polêmico e consensual, importantes para a organização da argumentação neste tipo de texto, marcado por ser retórico por excelência.

De acordo com a cena enunciativa, as estratégias argumentativas se arranjam a fim de exercerem o convencimento. Os gêneros se interpõem; alguns prevalecem. Assim, há textos em que a aplicação do polêmico se destaca em detrimento do consensual; em outras situações, ocorre o contrário. Às vezes, o arranjo é consciente, fruto do conhecimento de técnicas que tornam regra o uso da polêmica; em outros momentos, o uso deste ou daquele gênero é inconsciente. Há enunciações em que a aplicação, consciente, do gênero consensual é mais adequada como estratégia.

É necessário se pensar em técnicas pedagógicas que venham a solucionar uma incorreção: a aplicação inconsciente do gênero consensual, como única opção, por desconhecimento de recursos lingüísticos e discursivo-textuais que façam o produtor avaliar, conscientemente, qual a necessidade estratégica do texto. Entre os recursos discursivo-textuais e os propriamente lingüísticos, destacam-se operadores argumentativos, demais elementos de coesão, manutenção temática, progressão semântica, ordenação de idéias e paragrafação, diálogo com o outro-leitor, completude etc.

Defende-se, portanto, o ensino de conteúdos que vinculam os citados recursos discursivo-textuais e lingüísticos ao arranjo argumentativo, em se considerando a manifestação enunciativa dos gêneros consensual e polêmico.

#### **5. Referências**

BAKHTIN, M. **Estética de la creación verbal**. México, Siglo Veintiuno, 1985.  
\_\_\_\_\_. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. (1996) 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

FREUD, S. Psicologia de grupo e análise do Ego. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1969, vol. XVIII.

PÊCHEUX, M. **O Discurso – estrutura ou acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997.

RANCIÈRE, J. As novas razões da mentira. **Folha de S. Paulo**, 22 ago. 2004, p. 3.

SIQUEIRA, J.H.S. **A dissertação (enfoque textual, intertextual e argumentativo)**. São Paulo, EDUC/PUC, 1986.